



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09-04-2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ ATA n.º 07 — 09/04/2024

----- Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, compareceram, pelas dezasseis horas no Edifício da Junta de Freguesia de Cerejais, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente, MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, vereadores. -----

----- Nesta décima quinta reunião descentralizada do Município de Alfândega da Fé, estiveram presentes alguns munícipes da aldeia de Cerejais, bem como o membro desta Junta de Freguesia. Compareceram também o Chefe de Gabinete da Presidência, António Simões, a Técnica Superior de Comunicação, Catarina Teixeira, a Chefe de Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, Maria da Conceição Pereira e a Coordenadora Técnica, Helena Simões, que secretariou a reunião. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, após o que foi aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e três de março de dois mil e vinte e quatro, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros do Executivo, tendo sido dispensada a sua leitura. Continuando, foi dado conhecimento do Balancete e tomadas as seguintes decisões: -----

BALANCETE

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia oito de abril de dois mil e vinte e quatro, que acusa o saldo de € **618.482,44** (seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos). em dotações orçamentais e € **140.788,57** (cento e quarenta mil, setecentos e oitenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos) em dotações não orçamentais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, especialmente o representante da Junta de Freguesia de Cerejais, Dr. Vitor Saro, bem como os fregueses desta aldeia. Cumprimentou ainda os munícipes que acompanhavam esta reunião na rede social do Município e agradeceu a forma calorosa como foram recebidos. -----

----- Disse, que como já tinha dito na primeira vez que estiveram em Cerejais na presidência aberta, que este projeto foi iniciado para estarem mais próximos do povo, para dar conhecimento das preocupações, dos desafios, para fazer a gestão do dia-a-dia, e para permitir a todos que participem e acompanhem as reuniões de Câmara. Disse ainda, que estamos em abril, e que não há melhor forma de celebrarmos abril, o mês da liberdade, da democracia, que este ano faz 50 anos. Lembrou também o poder autárquico, que foi uma das grandes conquistas da democracia e da liberdade, e por isso estarmos aqui com esta proximidade, é também muito importante. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente aproveitou para dar algumas informações, e começou por fazer dois Votos. O primeiro, é um Voto de parabéns aos dois membros eleitos para a Assembleia da República, nascidos em Alfândega da Fé, refere-se ao Dr. Carlos Brás, Presidente da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, e também, à Dr^a. Clara de Sousa Alves, deu-lhe os parabéns e desejou-lhe grandes sucessos nestas novas funções no novo governo. Disse ainda, que é uma satisfação, porque é a nossa região, o nosso concelho que fica muito bem representado. Fez este voto em seu nome e em nome de todo o executivo. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente, disse que não podia deixar passar, porque os Municípios conseguiram algumas conquistas, graças ao trabalho e ao empenho de algumas pessoas, de levar à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, um Voto de Agradecimento e Louvor por importantes e relevantes serviços prestados ao interesse dos territórios que contribuem de forma estratégica, com os seus recursos naturais, para a



autossuficiência e independência energética do nosso país, como é o caso das barragens para a produção de energia, mas também, dos parques para a produção de energia fotovoltaica e eólica, que a seguir transcrevo: -----

-----“Assim, em nome de todo Executivo Municipal, proponho um VOTO DE AGRADECIMENTO e LOUVOR, pelos relevantes serviços para uma maior justiça fiscal e coesão territorial, aos cidadãos:- **Dr. Nuno Félix** (natural de Rio Maior), Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do XXIII Governo da República Portuguesa, tendo terminado funções a 2 de abril de 2024. Advogado (licenciado e mestre em direito), foi Diplomata, exerceu cargos no XXI Governo da República Portuguesa, de 2015 a 2019, e foi Subdiretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de 2019 a 2022 e, **Dr. António Silva Preto**, com origens familiares a Trás-os-Montes, Terras de Miranda na aldeia de Picote, residente em Lisboa, advogado e Professor Universitário na área do Direito Fiscal. Foi deputado na Assembleia da República de 2002 a 2011, entre outras funções públicas e cargos políticos que ocupou. -----

----- O primeiro, como Governante, e o segundo, como um ilustre transmontano e Mirandês, um Cidadão benemérito nesta causa. Foram ambos decisivos no trabalho de ter sido iniciado na Autoridade Tributária e Aduaneira, depois de várias décadas de indecisão e de avanços e recuos, um novo processo de avaliação de todas as barragens a nível nacional com vista à liquidação de IMI. -----

----- O Sr. Dr. Nuno Félix, Ex. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi responsável pela emissão de três despachos. Os dois primeiros, em fevereiro e agosto de 2023, clarificaram que por um lado as Barragens são prédios sujeitos a IMI, que cumprem os três critérios obrigatórios para o mesmo, ou seja, que têm dimensão: física, jurídica e económica. Por outro lado, os dois despachos obrigaram ao início das avaliações das barragens em setembro do ano passado. O terceiro despacho, com data de 4 de março de 2024, de pois de uma maratona de reuniões com a AT, irá permitir aos Municípios com Barragens impugnar as avaliações em curso e dá indicações objetivas à AT para considerar os elementos “Equipamentos de Segurança e Exploração de uma barragem, como “parte componente” ou “parte integrante”, por isso, devem fazer parte da avaliação do prédio, lembrando que as avaliações estavam a excluir os equipamentos da respetiva avaliação. Como disse, este despacho também irá permitir aos Municípios que impugnarem as avaliações atuais vejam a Autoridade Tributária mandar fazer uma nova avaliação onde irá incluir o valor dos referidos equipamentos, aumentando, na generalidade, em mais do dobro o valor patrimonial das barragens. –

----- O Sr. Dr. António Silva Preto em representação do Movimento das Terras de Miranda, apoiando o Município de Miranda do Douro, a Secção de Municípios com Energias Renováveis, onde estão representados 135 Municípios, onde se inclui o Município de Alfândega da Fé, que faz a Vice-Presidência da Mesa desta Secção através do seu Presidente de Câmara. Quero destacar e testemunhar o enorme contributo deste ilustre Transmontano, que colocou o seu conhecimento e experiência, em termos de fiscalidade e direito, ao serviço e causa dos interesses dos Municípios, dos nossos territórios e das suas populações, de forma completamente voluntária e desinteressada. Com a sua preparação académica e profissional o Dr. António foi decisivo como principal interlocutor dos Municípios, na maratona de reuniões que a Secção de Municípios e a ANMP mantiveram com a Autoridade Tributária e com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no final de 2023 e durante os três primeiros meses de 2024, que culminou com a emissão do Despacho N.º 155/2024 do ex Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.-----

----- Assim; com a emissão destes três Despachos, com base no Parecer N.º 126/2005 do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República e da Jurisprudência atual do Supremo Tribunal Administrativo, estão reunidas as condições para a partir de 2024 a Autoridade Tributária começar a liquidar o IMI sobre as barragens que poderá ser uma receita muito importantes para o desenvolvimento económico da nossa região, nos próximos anos. -----

----- Proponho ainda, que este Voto de Agradecimento e Louvor seja remetido à próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal para que mesmo seja objeto de deliberação”. -----

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente fez um ponto da situação e falou sobre o motivo que os levou à freguesia dos Cerejais. Disse, que apesar das dificuldades que se tem vindo a sentir nos últimos anos, os objetivos e



projetos não estão esquecidos, alguns estão a ser trabalhados, outros ainda estão a demorar um pouco mais, mas que em breve vão estar no terreno. Relativamente aos desafios e projetos, disse que têm por parte da Junta de freguesia, um pedido muito importante, que é trazer a água de rega para os Cerejais, para as atividades agrícolas. Referiu que o projeto está prestes a iniciar, que já foi feito um estudo prévio e até já têm uma estimativa orçamental, pelo que se está a planificar o início dos trabalhos. Informou que estão a trabalhar noutro projeto, que é a beneficiação da Escola Primária dos Cerejais, e, espera que em breve possam ter um estudo prévio para poderem iniciar a negociação. Informou ainda, que têm um projeto de execução feito, para a criação do maior cais nos Lagos do Sabor, que vai ficar situado entre a freguesia de Cerejais e as freguesias de Sendim da Ribeira e Parada, junto à nova ponte da ribeira de Zacarias. O projeto já está feito e está em fase de licenciamento junto da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), e espera que no próximo Quadro Comunitário, possa ter uma oportunidade de financiamento para a criação desse Cais. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente também referiu, que a beneficiação dos caminhos, é um trabalho muito importante, que tem vindo a ser feito em parceria com a Junta de Freguesia. Disse que querem dar a volta a todas as freguesias, que tem sido um ano muito chuvoso e que os caminhos estão muito degradados, mas não se consegue estar em todas as freguesias ao mesmo tempo e que a Junta de Freguesia de Cerejais, dentro daquilo que são as suas posses, está a beneficiar alguns caminhos. Disse ainda, que a Freguesia dos Cerejais está identificada, para que no próximo Quadro Comunitário, possa fazer uma candidatura para uma reabilitação a nível dos arruamentos que vai da entrada da Avenida até ao Santuário, tendo em conta a importância da aldeia, para a tornar mais atrativa para quem a visita. O Senhor Presidente, também deu nota, que no âmbito do Programa Primeiro Direito, tem uma obra já em execução e outra que vai ser feita por parte da Câmara, para criar uma habitação social. Deu conhecimento que há sete candidaturas efetuadas ao Fundo Ambiental, no Programa Vale Eficiência, que é um trabalho feito com o apoio das Técnicas da Ação Social do Município. -----

----- Para terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente deu nota, e reconhecendo as dificuldades, que continuam a trabalhar com empenho, para o bem estar e desenvolvimento da população, que gostariam que alguns projetos andassem mais depressa e outros que já estivessem executados, mas não tem sido possível. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Dr. Vitor Saro, na qualidade de representante da Junta de freguesia de Cerejais, que depois de efetuar os cumprimentos e agradecer a presença de todos, falou de alguns projetos que vão ser implementados nos próximos tempos. Referiu essencialmente o projeto do ponto de rega, para a população, e disse que com o apoio do Município, este projeto poderá iniciar até ao final do mês. Referiu também o projeto de requalificação da Escola Primária de Cerejais, disse que estão em fase de estudar e fazer um projeto para as obras que serão necessárias, e ali criarem um ponto mais atrativo para as pessoas que os visitam, bem como para a população dos Cerejais. Questionou o executivo relativamente ao acesso da Barragem do Sabor, disse que é um caminho que deve ser intervencionado. No que diz respeito à Avenida, disse também que é uma obra essencial, que tem que se pensar que a aldeia dos Cerejais, é a aldeia que atrai mais turismo religioso ao concelho e que se não houver bons acessos, as pessoas deixam de vir, pelo que solicita ao executivo que tenha este projeto como prioridade -----

----- O Senhor Presidente usando da palavra, disse que a beneficiação do caminho, que é a principal ligação aos Lagos do Sabor, é uma necessidade, mas que é uma intervenção algo avultada, que querem muito ajudar, mas que terá que se esperar pelo próximo Quadro Comunitário, por oportunidades de financiamento, e, que neste momento o que se pode fazer, é estudar uma solução para um projeto e logo que possível se faça essa intervenção. Relativamente à Avenida, o Senhor Presidente lembrou, que já no passado foi feita uma candidatura ao Turismo de Portugal, que não veio aprovada. Disse que existe esse projeto, e eventualmente, até se pode dividir em duas partes, ou seja, fazer metade numa primeira fase e numa segunda fase, fazer o restante, mas que temos que aguardar pela entrada em vigor



do próximo quadro Comunitário, que é o PT2030, onde Alfândega da Fé vai ter dinheiro disponível para este tipo de obras e, Cerejais, é efetivamente uma das prioridades. -----

----- O Senhor Presidente, antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, deu nota, que distribuiu uma informação, por solicitação dos mesmos na ultima reunião de Câmara. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador Vitor Bebiano, que depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu a sua presença e disse que é sempre bom ver as pessoas da aldeia participarem nestas reuniões, que é sinal de que se interessam e que querem participar na vida ativa da aldeia, querem dar opiniões, mas essencialmente, querem ouvir soluções. Disse, que infelizmente, o nosso Presidente da Câmara, hoje, trouxe-nos uma mão cheia de nada, promessas, estudos, e obras em concreto ninguém as viu. Referiu que percebem as dificuldades financeiras que a autarquia tem, fruto da gestão destes últimos anos, e que quem sofre, são as populações, que vêm os seus projetos parados, e vem um dia prometem uma coisa, e a seguir voltam a prometer o mesmo que já tinha sido prometido, mas que ainda não foi feito. Disse também, que o próximo Quadro Comunitário, tem que vir carregado de dinheiro, porque as obras que são prometidas, não são só para os Cerejais, mas sim para o concelho todo. -----

----- Os Senhores Vereadores Vitor Bebiano e José Almendra, associaram-se ao executivo nos parabéns aos dois deputados, Dr. Carlos Brás e à Drª. Clara Alves. O Senhor Vereador Vitor Bebiano, disse, que contam com eles na Assembleia da republica, para serem uma voz ativa do concelho, e que está convencido, que irão fazer esse trabalho bem feito. Referiu que o Dr. Carlos já é repetente na matéria, já tem mais experiencia e que a Drª. Clara, é uma jovem com um bom curriculum, e com uma visão de futuro também muito interessante para o concelho e para o distrito, representa não só a juventude, mas toda a população no parlamento. -----

----- Continuando, o Senhor Vereador Vitor Bebiano, dirigindo-se ao Senhor Presidente, disse, que de fato as diferenças da última reunião para esta, foram muito poucas. Disse que contava que hoje pudessem estar ali para cortar a fita da obra da Avenida, destapar as placas de indicação dos Lagos do Baixo Sabor, contava que estivessem ali para destapar a placa do passadiço de madeira, que quase foi prometido ao Senhor Padre, como atração turística, mas que de fato, e infelizmente, não inauguraram nada. Depois, dirigindo-se aos residentes da aldeia de Cerejais, disse-lhes, que tinham hoje a oportunidade, de reivindicar, junto do executivo, o que é que têm andado a fazer, e que investimentos é que têm feito na freguesia. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, disse que achava interessante este discurso do Senhor Vereador, porque de fato revela um grande sarcasmo, e até ironia, quando o discurso do Senhor Vereador, nas várias reuniões de camara que já tivemos, era de *“Senhor Presidente, pare o investimento, pare o investimento, se não temos dinheiro, pare o investimento, o que é que está a fazer, temos que pagar a quem devemos”*. Depois dirigindo-se ao Senhor Vereador, disse que não pararam o investimento, e que fizeram tudo o que estava aprovado e o que tinham consignado no Quadro Comunitário. Ainda disse, que aproveitaram todo o dinheiro que tinham disponível, e que não fizeram mais, porque efetivamente, não havia mais dinheiro no Quadro Comunitário. Lembrou mais uma vez, que o Senhor Vereador, pediu por várias vezes que se parasse o investimento, mas, como é obvio, nunca iriam parar o investimento, dizendo que iriam fazer tudo aquilo que é da responsabilidade do executivo, como continuar a diminuir a divida e a desenvolver o concelho, e certamente na próxima reunião de Câmara em Cerejais, já haverá trabalho feito. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE SAMBADE (ARCS) – PARA APROVAÇÃO

----- Sobre o assunto, presente um ofício da Associação Recreativa e Cultural de Sambade, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 504 (quinhentos e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Foram prestados alguns esclarecimentos por parte do Senhor Presidente. -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por **UNANIMIDADE** aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 5.000 (cinco mil euros), para ajudar a levar a cabo as atividades a que a Associação se propôs, mencionadas no Plano de Atividades, anexo ao ofício supra referenciado. -----

2. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - ASSOCIAÇÃO PARA O APOIO SOCIAL DE PARADA (APASP) – PARA RATIFICAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício da Associação para o Apoio Social de Parada (APASP), registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 1803 (mil oitocentos e três) do ano 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente prestaram alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente, através de despacho por si proferido em 01-04-2024, que aprova atribuição de um apoio financeiro no valor de € 5.000.00 (cinco mil euros), para obras de manutenção/qualificação, na Residência Sénior da APASP, de acordo com o referido no ofício supra referenciado. -----

3. VENDA DA LOJA Nº. 39 DO MERCADO MUNICIPAL CORRESPONDENTE À FRAÇÃO B- PARA APROVAÇÃO. -----

----- Sobre o assunto, presente uma Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos (DJARH), registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 1960 (mil novecentos e sessenta) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Foram prestados alguns esclarecimentos por parte do senhor Presidente. Seguidamente perguntou se alguém tinha alguma questão a fazer. -----

----- O Senhor Vereador Vitor Bebiano, no uso da palavra, referiu o fato da construção feita à frente da loja, que numa reunião de Câmara anterior foi aprovada a sua demolição, e como já passou algum tempo e ainda não foi feita, pergunta se a construção se vai manter ou não. -----

----- O Senhor Presidente, respondeu que é para demolir, reconhecendo o fato de a Câmara ter alguma responsabilidade no processo de licenciamento do espaço. -----

----- O Senhor Vereador Vitor Bebiano, ainda perguntou se o proprietário vai ter direito a indemnização. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o proprietário vai ter direito a uma pequena indemnização, muito aquém dos custos que ele teve para a instalação do espaço, reconhecendo mais uma vez, que aquele espaço não devia ter sido licenciado daquela forma, pelo que os serviços jurídicos da Câmara entendem que deve ter alguma compensação, na medida em que a Câmara também teve alguma responsabilidade. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE**, aprovar a venda da Loja nº. 39 do Mercado Municipal, correspondente à Fração B, nos termos e de acordo com o proposto na Informação supra referenciada. -----

4. PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRENO À COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO. -----

----- Sobre o assunto, presente uma Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos (DJARH), registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 2068 (dois mil e sessenta e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente prestou esclarecimentos. Disse que esta proposta veio no seguimento do pedido que a Cooperativa fez ao Município, para a cedência de uma pequena área, que faz parte do recinto de Feiras e Exposições. É uma área que tem aproximadamente sessenta e cinco metros quadrados (65m2), não tem qualquer aproveitamento no recinto e nunca irá colocar em causa as atividades, porque é uma área que está desaproveitada e irá beneficiar os clientes e fornecedores da Cooperativa. -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE**, aprovar a referida Proposta de Doação, nos termos e de acordo com a Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos (DJARH), supra referenciada. -----

5. ESTATUTO DE DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma Informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos (DJARH), registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 2104 (dois mil cento e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDA**, aprovar o relatório referente ao Estatuto de Direito de Oposição do ano 2023, anexo à informação supra referenciada. -----

6. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024 -ALTERAÇÃO Nº4º-4ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM/GOPS 2024 – PARA CONHECIMENTO. -----

----- A Câmara Municipal tomou **CONHECIMENTO** do teor da Informação da Divisão Financeira (DF), registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 1913 (mil cento e noventa e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

7. AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO POR CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) - AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, 2 LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E 2 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS DE CAIXA ABERTA – PARA APROVAÇÃO. -----

----- Sobre o assunto, presente o despacho do Senhor Presidente em 28-03-2024, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 1961 (mil cento e novecentos e sessenta e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE**, aprovar a referida proposta de Operação de Financiamento, nos termos e de acordo com o proposto no despacho do Senhor Presidente supra referenciado, e submetê-lo à próxima Assembleia Municipal, também para aprovação -----

8. (SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO LE.2/24 - RG.102/24) PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS, ASSOCIADAS AO LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA “BARRAGEM DE GEBELIM” E DOS TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENOS CONEXOS, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, REQUERIDO CONFORME NIPG 1660/24 - PARA RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE URGÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (COMPETÊNCIA VU-41). -----

----- Sobre o assunto, presente um requerimento da Divisão de Urbanismo e Território (DUT), que aprova a isenção total das taxas, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o NIPG 1660 (mil seiscentos e sessenta) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos. Deu ainda nota, que no dia de ontem foi feita a consignação da obra da Barragem de Gebelim. Disse que era uma obra de €15.000.000.00 (quinze milhões de euros), e que vai permitir que se regue as freguesias de Vilarchão e Parada. Informou que esta obra teve que ter licenciamento camarário e que as taxas iriam ser bastante elevadas para a sua construção. Sendo o dono da obra, a junta de Agricultores do Planalto de Vilarchão/Parada, e tendo sido reconhecido em reunião de câmara o interesse publico desta obra, tendo em conta o impacto económico que esta obra vai ter no nosso concelho, não faz sentido, quebrar as respetivas taxas, pelo que foi feito um pedido de isenção. -----

----- O Senhor Vereador Victor Bebiano questionou se o financiamento da obra não prevê o pagamento destas taxas, ao que foi respondido pelo senhor Presidente da Câmara, que efetivamente, o financiamento da obra não prevê o pagamento das respetivas taxas. -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente, através de despacho por si proferido em 03-04-2024, contido no requerimento da Divisão de Urbanismo e Território (DUT) supra referenciado -----

----- **9. (SETOR DE LICENCIAMENTO – PROCESSO LE.3/20 - ESP.11/24) DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, COM 280,9 M2, SITA EM "PENEDRAS" - FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO CONFORME NIPG 241/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-07, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT)** -----

----- A Camara Municipal tomou **CONHECIMENTO**. -----

----- **10 (SETOR DE LICENCIAMENTO – PROCESSO LE.9/23 – ESP-AP.31/24) DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE RECONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO, PASSANDO DE ARMAZÉM PARA "HABITAÇÃO UNIFAMILIAR", COMPOSTA POR 2 PISOS, COM 172,0 M2 DE ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO, SITA EM "RUA DA QUINTA" - ALFÂNDEGA DA FÉ, NA FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO CONFORME NIPG 421/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-07, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT).** -----

----- A Camara Municipal tomou **CONHECIMENTO**. -----

----- **11. (SETOR DE LICENCIAMENTO – PROCESSO LE.7/23 - ESP-AP.81/24) DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM "ARMAZÉM AGRÍCOLA" COMPOSTO POR 1 PISO, COM 180,0 M2 DE ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO, SITO EM "PONTE DO ATALHO", NA FREGUESIA DE SAMBADE, REQUERIDO CONFORME NIPG 1066/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-07, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT).** -----

----- A Camara Municipal tomou **CONHECIMENTO**. -----

----- **12. (SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.9/24 - CPR.96/24) EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE / FRACIONAMENTO DE PRÉDIO RÚSTICO (ARTIGO N.º 490 - "ARIEIRO", FREGUESIA DE VILARELHOS), REQUERIDO CONFORME NIPG 1507/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-44, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT).** -----

----- A Camara Municipal tomou **CONHECIMENTO**. -----

----- **13. SETOR DE LICENCIAMENTO – PROCESSO LE.3/17 - PRAZO.80/24) DEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO ALVARÁ DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO N.º 1/2019, RELATIVO AO LICENCIAMENTO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA "HABITAÇÃO UNIFAMILIAR" COMPOSTA POR 3 PISOS, COM 1.149,0 M2 DE ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO, SITA EM "PENEDRAS", FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO CONFORME NIPG 1052/24 - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-10, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUT).** -----

----- A Camara Municipal tomou **CONHECIMENTO**. -----

----- **14. ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR AO REQUERENTE IDENTIFICADO COM O Nº DE PROCESSO 418 P. (142/2024), AO ABRIGO DO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR – PARA APROVAÇÃO.** -----

----- Sobre o assunto, presente uma Informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação da Ação Social da Medidata sob o nº. 420 (quatrocentos e vinte). -----

----- A Senhora Vice-Presidente usou da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE** atribuir o Cartão Municipal Sénior ao requerente, com o nº de processo 418 P. (142/2024), ao abrigo do Regulamento do Cartão Municipal Sénior, de acordo com a informação supra referenciada. -----



----- **15. ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR AO REQUERENTE IDENTIFICADO COM O Nº DE PROCESSO 419 P. (141/2024), AO ABRIGO DO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR – PARA APROVAÇÃO.** -----

----- Sobre o assunto, presente uma Informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação da Ação Social da Medidata sob o nº. 421 (quatrocentos e vinte e um). -----

----- A Senhora Vice-Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE** atribuir o Cartão Municipal Sénior ao requerente, com o nº de processo 419 P. (141/2024), ao abrigo do Regulamento do Cartão Municipal Sénior, de acordo com a informação supra referenciada. -----

----- **16. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE CANTARES DE ALFÂNDEGA DA FÉ (ACAFE) – PARA APROVAÇÃO;** -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício da Associação de Cantares de Alfândega da Fé (ACAFE) registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 1749 (mil setecentos e quarenta e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- A Senhora Vice-Presidente prestou alguns esclarecimentos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por **UNANIMIDADE** aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 1.200.00 (mil e duzentos euros), para ajudar nas despesas orçamentadas pela Associação de Cantares, mencionadas no Plano de Atividades, anexo ao ofício supra referenciado. -----

----- **17. CONTRATO DE COMODATO COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (CVP) – PARA RATIFICAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente o Contrato de Comodato da Cruz Vermelha Portuguesa da Delegação de Alfândega da Fé, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº. 2121 (dois mil cento e vinte e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- O Senhor Presidente prestou alguns esclarecimentos. Informou que na semana passada tivemos a honra de receber o Senhor Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Dr. António Saraiva, para assinar um Contrato de Comodato, de cedência da Escola das Eiras, para que a Cruz Vermelha de Alfândega da Fé, possa aí desenvolver as suas atividades. Disse ainda que a Cruz Vermelha Portuguesa Regional, através do novo delegado Regional, tem neste momento uma nova dinâmica, e quer alargar a sua ação na zona sul do nosso concelho e que vá também a outros concelhos, como é o caso de Vila Flor e Torre de Moncorvo, e, assim se possa trabalhar em parceria. Assim, aproveitamos a visita do Senhor Presidente, Dr. António Saraiva, do Delegado Regional, Engº. Jorge Nunes e da Senhora Presidente da Delegação, D. Ermelinda Salgueiro, para assinar o Contrato de Comodato. Para finalizar, o Senhor Presidente disse também que foi um enorme orgulho e uma enorme satisfação, ter recebido uma Instituição como a Cruz Vermelha, que tem uma relevância muito grande no panorama mundial, nacional e regional e deu os parabéns a todos os zeladores voluntários, que têm feito um trabalho muito meritório no nosso concelho. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente, na outorga do Contrato de Comodato entre o Município de Alfândega da Fé e a Cruz Vermelha Portuguesa, em 05-04 2024, nos termos e de acordo com o referido no mesmo. -----

----- *Dando cumprimento ao previsto no art. 69º nº 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, nos termos do qual os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes não pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito publico ou privado da Administração Pública quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa, o Sr. Vereador Vítor Bebianio não participou na discussão e votação deste ponto, tendo sido aprovado pelos restantes presentes.* -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 09-04-2024

----- Neste período, inscreveu-se para intervir a munícipe Maria Palmira Penarroias, que solicitou a cedência de transporte para participarem nas atividades da Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé, bem como a colocação de um aparelho de ar condicionado no edifício da Junta de Freguesia -----

----- A Senhora Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que o município ainda não tem capacidade de transporte para fazer a recolha e entrega diária, por sua vez, o senhor Vereador Rui Figueiredo também informou que há pedidos de transporte ocasionais, e que a esses pedidos tem-se dado resposta, mas diariamente, não é possível. ----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, ainda disse, que a partir de setembro/outubro, com a aquisição das novas viaturas, vai haver mais disponibilidade de fazer mais alguns transportes, mas que temos sempre a limitação dos motoristas, e que se vão empenhar, para poder planificar melhor as atividades, para se poder dar uma melhor resposta e organizar melhor os transportes coletivos. Referiu ainda a Praia fluvial, e informou que em breve será lançado o concurso publico, que não foi lançado o ano passado devido à situação financeira do Município. -----

----- Não havendo mais questões, o Senhor Presidente, agradeceu mais uma vez a presença de todos. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

-----E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Helena Margarida Castilho Simões, Coordenadora Técnica, a lavrei, subscrevo e também assino. -----

Eduardo Tavares, Presidente da Câmara Municipal: _____

Helena Margarida Castilho Simões, Coordenadora Técnica: _____

lena